

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - PINE - 1S13**

**Senhores Acionistas,**

A Administração do PINE, em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de V.Sas. os fatos e eventos relevantes do ano, acompanhados das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas correspondentes, relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2013.

**1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores acionistas, investidores, clientes e analistas,

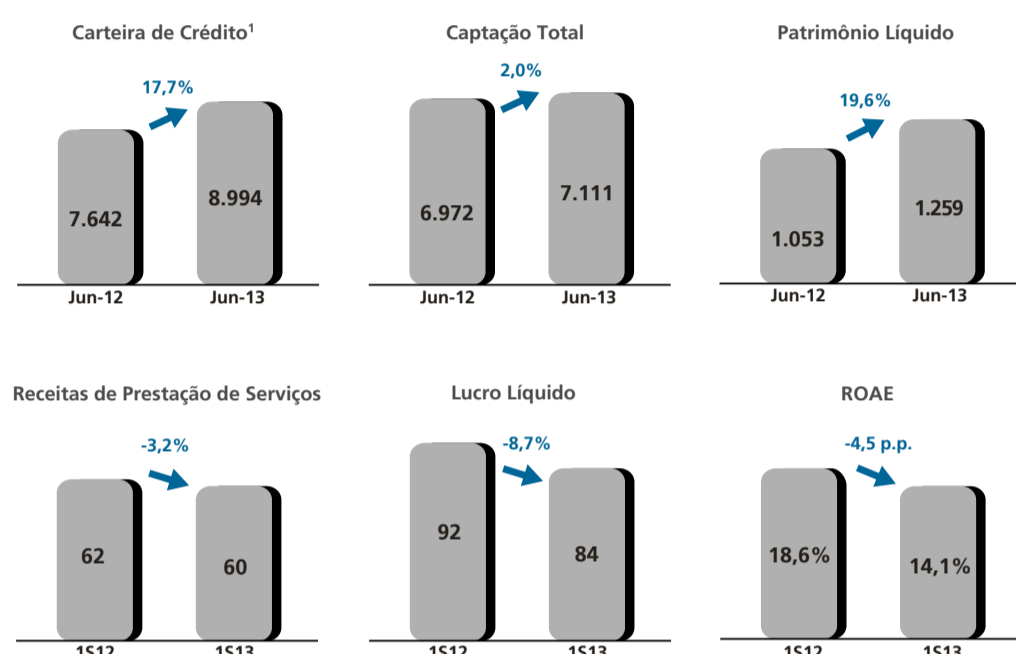
O primeiro semestre de 2013 foi um período importante para o PINE. Nossa adequada estrutura de capital, com Índice de Basileia de 17,0%, baixa alavancagem e balanço líquido, permitiram que o PINE pudesse absorver a demanda por crédito que se apresentou no período. Temos uma robusta cobertura da carteira de crédito, *funding* diversificado e um balanço líquido com caixa equivalente a 44% dos depósitos a prazo.

Neste semestre, o Banco Central homologou o aumento de capital realizado pela Proparco no PINE. Em 25 de abril, foi desembolsada pelo DEG a primeira transação da parceria PINE-DEG, no montante de US\$ 16 milhões e prazo de 8 anos, para uma empresa do setor de autopeças, e realizamos, também, nossa primeira transação através da *broker dealer* em Nova Iorque, com volume de US\$ 250 milhões, para uma empresa do setor sucroalcooleiro do estado de São Paulo.

O cenário econômico de 2013 permanece com pouca visibilidade, com importantes desafios relacionados à atividade econômica no Brasil. Permanecemos em linha com a nossa estratégia de servir aos nossos clientes com um leque de produtos cada vez mais amplo, sempre atendendo às empresas de forma personalizada, criando fidelidade e diversificando nossas fontes de receitas.

Estamos constantemente trabalhando para construir um banco cada vez melhor para nossos clientes, acionistas, colaboradores e investidores. Permanecemos otimistas com nosso negócio e atentos ao cenário econômico doméstico e internacional.

**2 DESTAQUES DO PERÍODO**



<sup>1</sup> Inclui Cartas de Crédito a Utilizar, Fianças, Títulos de Créditos a Receber e Títulos Privados (debêntures, CRIs, *eurobonds* e cotas de fundos)

**3 PERFIL INSTITUCIONAL**

O PINE (BM&FBovespa: PINE4) é um Banco de atacado focado em estabelecer relacionamentos de longo prazo com seus clientes. Sua estratégia baseia-se em conhecer cada cliente profundamente, entendendo seu negócio e seu potencial, de modo a construir soluções e alternativas personalizadas. Esta estratégia requer diversidade de produtos, capital humano qualificado, administração de riscos eficiente e agilidade, características consistentemente desenvolvidas pelo Banco.

O Banco possui uma ampla rede de relacionamento com empresas dos mais diversos setores, como Açúcar e Alcool, Infraestrutura, Energia Elétrica e Renovável, e Agricultura, entre outros. O banco oferece Crédito, incluindo Capital de Giro, Repasses de linhas do BNDES e organismos multilaterais, *Trade Finance* e Garantias Bancárias bem como produtos de *hedging* (Juros, Moedas e *Commodities*), Mercado de Capitais, Serviços de Assessoria Financeira e *Project & Structured Finance*.

**4 DESEMPENHO**

**Destaques do Resultado**

O total de ativos montou a R\$ 10.457 milhões em 30 de junho de 2013 e o lucro líquido alcançou R\$ 84 milhões no primeiro semestre de 2013. O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 1.259 milhões com um crescimento de 19,6% em relação a junho de 2012.

	1S13	1S12	%
<b>Resultado e rentabilidade</b>			
Lucro líquido (R\$ milhões)	84	92	-8,7%
ROAE anualizado	14,1%	18,6%	-4,5 p.p.
<b>Balanco patrimonial (R\$ milhões)</b>			
Ativos totais	10.457	10.038	4,2%
Risco total de crédito <sup>1</sup>	8.994	7.642	17,7%
Depósitos totais <sup>2</sup>	3.581	3.831	-6,5%
Captação total	7.111	6.972	2,0%
Patrimônio líquido	1.259	1.053	19,6%
<b>Qualidade da carteira</b>			
<i>Non performing loans</i> - 90 dias	0,6%	0,2%	0,4 p.p.
Cobertura da carteira	3,4%	3,7%	-0,3 p.p.
<b>Desempenho</b>			
Índice da Basileia	17,0%	15,9%	1,1 p.p.
Lucro por ação <sup>3</sup> (R\$)	0,76	0,93	-18,3%
Valor patrimonial por ação <sup>3</sup> (R\$)	11,35	10,65	6,6%

<sup>1</sup> Inclui Cartas de Crédito a utilizar, Fianças, Títulos de Créditos a Receber e Títulos Públicos (debêntures, CRIs, *eurobonds* e cotas de fundos)

<sup>2</sup> Inclui LCA e LCI

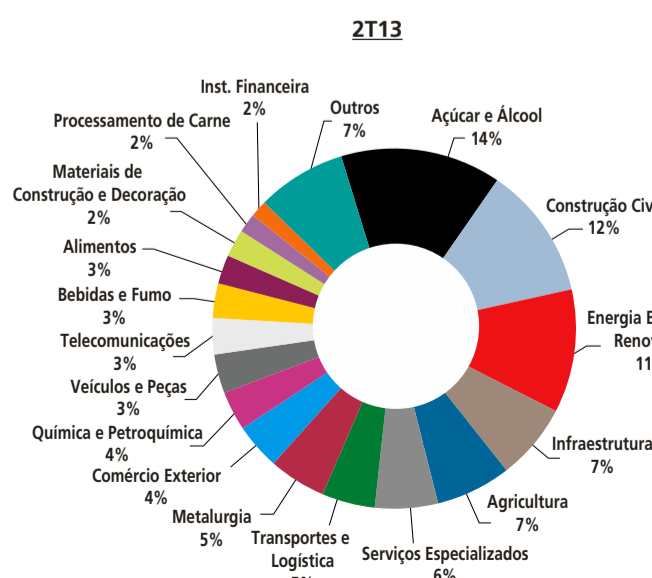
<sup>3</sup> Considera 110.842.313 ações para 2013 e 98.852.774 ações para 2012

**Destaques do Balanço**

**Carteira de Crédito**

A carteira de Crédito expandida atingiu R\$ 8.994 milhões em 30 de junho de 2013, crescimento de 7,0% quando comparada ao 1T13 e 17,7% em doze meses. A carteira de Capital de Giro, somada à carteira de Títulos Privados e Títulos de Créditos a Receber, que tem características semelhantes, apresentou crescimento de 6,6% quando comparada a junho de 2012. O prazo médio da carteira de crédito continua em 15 meses.

O destaque no trimestre foi o crescimento de 27,2% nas operações de *Trade Finance*, decorrente de operações de importação para diversos setores, e de 12,2% nas operações de Fianças, principalmente com clientes do setor de Energia Elétrica e Renovável. A absorção desse crescimento é possível dada a alta capitalização do PINE e sua relativa baixa alavancagem.



**Qualidade da Carteira de Crédito**

O Índice da Cobertura da Carteira de Crédito atingiu 3,4% em Junho de 2013.

**Mesa para Clientes**

A Mesa para Clientes oferece produtos de *hedge* para empresas, com o objetivo de proteger e administrar riscos de mercado presentes nos balanços dos clientes. Os mercados de atuação são, principalmente, Juros, Moedas e *Commodities*. O PINE oferece os principais produtos de derivativos, entre eles NDF (*Non Deliverable Forward*), estruturas de opção e *swaps*.

**PINE Investimentos**

A PINE Investimentos, unidade de produtos de Banco de Investimentos do PINE, atua com profundo alinhamento junto aos clientes oferecendo soluções customizadas e diferenciadas nas áreas de Mercado de Capitais, Assessoria Financeira e *Project & Structured Finance*. No 1S13, a PINE Investimentos participou da estruturação de mais de R\$ 1,1 bilhão em operações de renda fixa.

**Captação**

O total de captação atingiu R\$ 7.111 milhões em junho de 2013, representando um crescimento de 7,9% em relação ao trimestre anterior e 2,0% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O saldo de depósitos a prazo, incluindo Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e Imobiliário (LCI), fechou em R\$ 3.452 milhões no trimestre, representando uma variação de 5,1% em relação ao trimestre anterior. O prazo médio ponderado dos depósitos atingiu 10 meses, enquanto o prazo médio da captação total atingiu 16 meses.

**Casamento de Ativos e Passivos**

Na gestão de ativos e passivos, as fontes de captação são alinhadas em prazo e custo aos respectivos portfólios de operações ativas. Enquanto o prazo médio ponderado da carteira de crédito é de 15 meses, o prazo da captação é de 16 meses, o que garante uma situação confortável ao Banco. Este *gap* é mantido há aproximadamente 3 anos.

**Índice da Basileia**

No trimestre, o índice de Basileia atingiu 17,0%, bastante acima do nível mínimo regulatório (11%).

**5 REDE DE ORIGINAÇÃO**

Com sede em São Paulo, SP, e presença nas principais capitais e polos de negócios, Belo Horizonte, Blumenau, Campinas, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro e São José do Rio Preto. O PINE conta, ainda com uma agência em Cayman, que tem por objetivo ampliar a oferta de produtos e serviços por meio da atuação no mercado internacional, e uma subsidiária americana, a PINE Securities USA LLC, que tem sua atividade dedicada ao Mercado de Capitais e Research. A estratégia de negócios do PINE não é dependente de uma ampla rede de agências, já que a equipe está organizada regionalmente e o Banco está constantemente monitorando e visitando seus clientes, o que beneficia sobremaneira a estrutura de seus custos fixos.

**6 RECURSOS HUMANOS**

Pessoas são o principal ativo do PINE. Por isso, o objetivo de Recursos Humanos é atrair, reter e desenvolver os melhores talentos, através da manutenção de um ambiente de alto desempenho, com foco em resultados e baseado em meritocracia. O total de funcionários do PINE em junho de 2013 era de 397 colaboradores.

**7 GOVERNANÇA CORPORATIVA**

O PINE possui políticas ativas de governança corporativa, em decorrência do compromisso permanente com seus acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados pelo PINE, além de integrar o Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, estão:

- Dois membros independentes e um membro externo no Conselho de Administração
- 100% de *tag along* para todas as ações, inclusive as preferenciais
- Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas
- Divulgação trimestral de resultados em dois padrões contábeis, BR GAAP e IFRS
- Comitês de Auditoria e Remuneração, que respondem diretamente ao Conselho de Administração

**8 RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

O PINE disponibiliza informações aos acionistas por meio de seu site corporativo ([www.pine.com/ri](http://www.pine.com/ri)), boletins eletrônicos e relatórios trimestrais, bem como através de seu departamento de Relações com Investidores (telefone: 11-3372-5343, e-mail: [ri@pine.com](mailto:ri@pine.com)).

**9 RATINGS**

	STANDARD & POOR'S	Fitch Ratings	Moody's.com	RISKbank
Moeda Local e Estrangeira	Longo Prazo	BB+	BB+	Ba2
	Curto Prazo	B	B	-
	Longo Prazo	BB+	BB+	Ba2
	Curto Prazo	B	B	-
Nacional	Longo Prazo	brAA	AA-(bra)	A1.br
	Curto Prazo		F1+(bra)	Br-1

**10 PINE4**

Durante o 1S13, o PINE, no âmbito do seu programa de recompra destinado a atender a Resolução 3.921 do Banco Central do Brasil, recomprou 617.400 ações, que se encontram em Tesouraria. Deste modo, o saldo final de ações em Tesouraria ao final do trimestre ficou em 1.296.149 ações.

	ON	PN	Total	%
<b>Controlador</b>	<b>58.444.889</b>	<b>15.410.863</b>	<b>73.855.752</b>	<b>66,6%</b>
<b>Administradores</b>	-	<b>6.035.158</b>	<b>6.035.158</b>	<b>5,4%</b>
<b>Free Float</b>	-	<b>29.655.254</b>	<b>29.655.254</b>	<b>26,8%</b>
<i>Pessoas Físicas</i>	-	3.071.445	3.071.445	2,8%
<i>Institucionais Locais</i>	-	11.638.078	11.638.078	10,5%
<i>Estrangeiros</i>	-	8.053.059	8.053.059	7,3%
<i>DEG</i>	-	5.005.067	5.005.067	4,5%
<i>Proparco</i>	-	1.887.605	1.887.605	1,7%
<b>Subtotal</b>	<b>58.444.889</b>	<b>51.101.275</b>	<b>109.546.164</b>	<b>98,8%</b>
Tesouraria	-	1.296.149	1.296.149	1,2%
<b>Total</b>	<b>58.444.889</b>	<b>52.397.424</b>	<b>110.842.313</b>	<b>100,0%</b>

**11 DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS/JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS**

Durante o primeiro semestre de 2013, o PINE pagou o valor total de R\$ 60,0 milhões em proventos, sendo R\$ 0,55 o valor bruto por ação. Deste total, R\$ 31 milhões representam juros sobre capital próprio e R\$ 29 milhões, dividendos. Desde 2008, o PINE distribui dividendos/Juros sobre Capital Próprio trimestralmente.

**12 AUDITORES EXTERNOS**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de janeiro a junho de 2013, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O PINE tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.



Índice de Ações com Tag Along Diferenciado **ITAG**

Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada **IGC**

**Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20**

BALANÇOS PATRIMONIAIS FIMDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012											
(Em milhares de reais - R\$)											
ATIVO	Nota	Individual		Consolidado		PASSIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012			2013	2012	2013	2012
<b>CIRCULANTE</b>		<b>7.279.058</b>	<b>7.261.895</b>	<b>7.248.817</b>	<b>7.295.486</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>6.142.167</b>	<b>5.757.148</b>	<b>6.135.683</b>	<b>5.723.934</b>
Disponibilidades	4.	119.988	12.118	120.026	12.123	Depósitos	12.	2.100.877	1.903.396	2.065.203	1.864.446
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.	668.724	364.874	669.124	365.694	Depósitos à vista		19.138	32.991	18.811	32.708
Aplicações no mercado aberto		479.171	110.610	479.571	111.430	Depósitos interfinanceiros		108.546	161.314	108.546	148.506
Aplicações em depósitos interfinanceiros		96.523	106.046	96.523	106.046	Depósitos a prazo		1.973.193	1.709.091	1.937.846	1.683.232
Aplicações em moedas estrangeiras		93.030	148.218	93.030	148.218	<b>Captações no mercado aberto</b>	13.	<b>1.200.301</b>	<b>1.263.053</b>	<b>1.200.301</b>	<b>1.263.053</b>
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>2.332.987</b>	<b>3.207.939</b>	<b>2.293.677</b>	<b>3.232.488</b>	Carteira própria		1.054.870	1.263.053	1.054.870	1.263.053
Carteira própria	6 a)	960.217	1.577.110	920.907	1.601.659	Carteira de terceiros		145.431	–	145.431	–
Vinculados a compromissos de recompra	6 a)	1.058.161	1.270.080	1.058.161	1.270.080	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	18.	<b>717.538</b>	<b>575.027</b>	<b>717.538</b>	<b>575.027</b>
Instrumentos financeiros derivativos	6 b)	182.867	232.184	182.867	232.184	Recursos de letras de crédito imobiliário		24.525	13.870	24.525	13.870
Vinculados a prestação de garantias	6 a)	131.742	128.565	131.742	128.565	Recursos de letras de crédito do agronegócio		303.515	385.531	303.322	385.531
<b>Relações interfinanceiras</b>		<b>794</b>	<b>1.374</b>	<b>794</b>	<b>1.374</b>	Recursos de letras financeiras		346.152	5.227	346.152	5.227
Pagamentos e recebimentos a liquidar		27	132	27	132	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		43.346	170.399	43.346	170.399
Creditos vinculados:						<b>Relações interfinanceiras</b>		<b>274</b>	<b>3.174</b>	<b>274</b>	<b>3.174</b>
Depósitos no Banco Central do Brasil		767	1.242	767	1.242	Pagamentos e recebimentos a liquidar		204	725	204	725
<b>Operações de crédito</b>	7.	<b>2.532.720</b>	<b>2.406.322</b>	<b>2.537.396</b>	<b>2.406.219</b>	Correspondentes	14.	70	2.449	70	2.449
Operações de crédito - setor privado		2.630.878	2.524.836	2.635.554	2.524.836	<b>Relações interdependências</b>		<b>16.552</b>	<b>26.639</b>	<b>16.552</b>	<b>26.639</b>
Operações de crédito - setor público		3.402	5.845	3.402	5.845	Recursos em trânsito de terceiros		16.552	26.639	16.552	26.639
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(101.560)	(124.359)	(101.560)	(124.462)	Obrigações por empréstimos e repasses	17.	1.313.373	1.658.970	1.313.373	1.658.970
<b>Outros créditos</b>		<b>1.447.498</b>	<b>1.209.602</b>	<b>1.451.421</b>	<b>1.217.932</b>	Repasses do país - instituições oficiais		1.089.580	1.302.753	1.089.580	1.302.753
Carteira de câmbio	8.	1.109.295	914.340	1.109.295	914.340	Repasses do país - instituições oficiais		–	17.412	–	17.412
Rendas a receber		22.480	12.644	22.480	12.788	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	6 b)	<b>226.048</b>	<b>126.780</b>	<b>226.048</b>	<b>126.780</b>
Negociação e Intermediação de Valores Diversos	9.	87.682	89.576	87.682	89.576	Instrumentos financeiros derivativos		226.048	126.780	226.048	126.780
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(8.679)	(4.989)	(8.679)	(4.989)	<b>Outras obrigações</b>	15 a)	<b>567.204</b>	<b>200.109</b>	<b>596.577</b>	<b>205.845</b>
<b>Outros valores e bens</b>		<b>176.347</b>	<b>59.656</b>	<b>176.379</b>	<b>59.656</b>	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	15 a)	530	1.698	530	1.698
Bens não de uso próprio		172.551	55.932	172.551	55.932	Carteira de câmbio	8.	480.187	73.077	480.187	73.077
Despesas antecipadas		3.796	3.724	3.796	3.724	Sociais e estatutárias		6.824	8.544	6.824	8.544
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>3.051.188</b>	<b>2.579.585</b>	<b>3.114.089</b>	<b>2.733.908</b>	Fiscais e previdenciárias	15 b)	8.872	25.735	11.185	30.899
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.	–	205.720	–	205.720	Negociação e intermediação de valores		26.696	25.363	41.844	25.363
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>715.939</b>	<b>438.610</b>	<b>683.607</b>	<b>353.742</b>	Dívida subordinada	15 c)	13.305	12.212	13.305	12.212
Carteira própria	6 a)	432.330	183.416	399.998	98.548	Outras	15 c)	30.790	53.480	42.702	54.052
Instrumentos financeiros derivativos	6 b)	283.609	255.194	283.609	255.194	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	12.	<b>3.069.677</b>	<b>3.132.783</b>	<b>3.002.533</b>	<b>3.210.254</b>
<b>Operações de crédito</b>	7.	<b>1.856.056</b>	<b>1.598.825</b>	<b>1.947.613</b>	<b>1.835.381</b>	Depósitos	12.	1.315.700	1.637.846	1.171.189	1.537.805
Operações de crédito - setor privado		1.948.029	1.677.186	2.039.586	1.913.742	Depósitos interfinanceiros		6.651	45.587	6.651	45.587
Operações de crédito - setor público		–	625	–	625	Depósitos a prazo	13.	1.309.049	1.592.259	1.169.575	1.492.253
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(91.973)	(78.986)	(91.973)	(78.986)	<b>Captações no mercado aberto</b>	13.	<b>45.008</b>	<b>–</b>	<b>45.008</b>	<b>–</b>
<b>Outros créditos</b>		<b>468.818</b>	<b>326.837</b>	<b>472.494</b>	<b>329.472</b>	Carteira de terceiros		45.008	–	45.008	–
Rendas a receber	16 b)	28.361	24.655	28.361	24.655	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	18.	<b>512.556</b>	<b>443.929</b>	<b>512.556</b>	<b>443.929</b>
Devedores por depósito em garantia	16 b)	202.961	189.946	204.724	191.540	Recursos de letras de crédito imobiliário		5.070	5.344	5.070	5.344
Diversos	9.	237.806	112.401	239.719	113.442	Recursos de letras de crédito do agronegócio		11.822	23.482	11.822	23.482
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(310)	(165)	(310)	(165)	Recursos de letras financeiras		291.991	323.025	291.991	323.025
<b>Outros valores e bens</b>		<b>10.375</b>	<b>9.593</b>	<b>10.375</b>	<b>9.593</b>	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		203.673	91.878	203.673	91.878
Despesas antecipadas		200.637	148.526	94.349	8.518	<b>Obrigações por empréstimos e repasses</b>	17.	<b>704.778</b>	<b>534.750</b>	<b>776.581</b>	<b>717.761</b>
<b>PERMANENTE</b>		<b>171.986</b>	<b>140.038</b>	<b>65.695</b>	<b>–</b>	Empréstimos no país - outras instituições		–	71.803	–	177.011
Participações em controladas no país	10 a)	171.986	140.038	–	–	Empréstimo no exterior		66.468	–	66.468	–
Outros investimentos	10 b)	–	–	65.695	–	Repasses do país - instituições oficiais		638.310	474.129	638.310	474.129
<b>Imobilizado de uso</b>	11 a)	<b>27.013</b>	<b>6.183</b>	<b>27.016</b>	<b>6.185</b>	Repasses do exterior		60.621	–	60.621	–
Instalações, móveis e equipamentos de uso		13.738	13.068	13.738	13.068	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	6 b)	<b>47.784</b>	<b>60.898</b>	<b>47.784</b>	<b>60.898</b>
Outras imobilizações de uso		29.008	4.470	29.011	4.473	Instrumentos financeiros derivativos		47.784	60.898	47.784	60.898
Depreciações acumuladas		(15.733)	(11.355)	(15.733)	(11.356)	<b>Outras obrigações</b>	15 b)	<b>443.851</b>	<b>455.360</b>	<b>449.415</b>	<b>455.861</b>
<b>Intangíveis</b>	11 b)	<b>1.638</b>	<b>2.305</b>	<b>1.638</b>	<b>2.333</b>	Fiscais e previdenciárias		90.938	85.301	91.541	85.802
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logotipos		9.468	9.254	9.533	9.720	Dívida subordinada	15 c)	328.197	331.035	328.197	331.035
Amortização acumulada		(7.830)	(6.949)	(7.387)	(7.387)	Outras	16 c)	15.574	29.564	15.574	29.564
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>10.530.883</b>	<b>9.989.996</b>	<b>10.457.255</b>	<b>10.037.912</b>	<b>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>	20.	<b>60.497</b>	<b>47.255</b>	<b>60.497</b>	<b>50.914</b>
						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.258.542</b>	<b>1.052.810</b>	<b>1.258.542</b>	<b>1.052.810</b>
						Capital social		967.259	796.048	967.259	796.048
						De domiciliados no país		846.416	729.698	846.416	729.698
						De domiciliados no exterior		120.843	66.350	120.843	66.350
						Reservas de capital		10.215	14.032	10.215	14.032
						Reservas de lucros		291.408	231.809	291.408	231.809
						Dividendos adicionais propostos		20.819	14.189	20.819	14.189
						Ajuste de avaliação patrimonial		(14.886)	(1.711)	(14.886)	(1.711)
						(-) Ações em tesouraria		(16.273)	(1.557)	(16.273)	(1.557)
						<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>10.530.883</b>	<b>9.989.996</b>	<b>10.457.255</b>	<b>10.037.912</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FIMDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012											
(Em milhares de reais - R\$, exceto dividendos e juros sobre o capital próprio por ação)											
	Capital Social Realizado	Aumento de Capital	Reservas de Capital		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Dividendo Adicional Proposto	Lucros Acumulados	Total
			Subvenção para Investimentos	Outras Reservas de Capital	Legal	Estatutária					
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>422.606</b>	<b>373.439</b>	<b>713</b>	<b>13.319</b>	<b>20.185</b>	<b>211.624</b>	<b>(1.711)</b>	<b>(1.557)</b>	<b>14.189</b>	<b>–</b>	<b>1.015.081</b>
Aumento de capital (Nota 20)	373.442	(373.439)	–	–	–	–	–	–	–	3	3
Aquisição de ações em tesouraria	–	–	–	–	–	–	–	(1.557)	–	–	(1.557)
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	(250)	–	–	(250)	(250)
Lucro líquido	–	–	–	–	–	–	–	–	92.070	92.070	92.070
Destinação do lucro (Nota 20):											
Reserva legal	–	–	–	–	–	4.603	–	–	–	(4.603)	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	–	–	47.467	–	–	(47.467)	–
Aprovação/pagamento dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	–	–	–	(12.537)	(12.537)	–
Dividendos (R\$0,1011 por ação)	–	–	–	–	–	–	–	–	(9.992)	(9.992)	–
Juros sobre o capital próprio (R\$0,3036 por ação)	–	–	–	–	–	–	–	–	(30.008)	(30.008)	–
<b>Saldos em 30 de junho de 2012</b>	<b>796.048</b>	<b>–</b>	<b>713</b>	<b>13.319</b>	<b>20.185</b>	<b>211.624</b>	<b>(1.711)</b>	<b>(1.557)</b>	<b>14.189</b>	<b>–</b>	<b>1.052.810</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>935.683</b>	<b>–</b>	<b>14.032</b>	<b>(2.347)</b>	<b>24.954</b>	<b>242.238</b>	<b>(423)</b>	<b>(12.750)</b>	<b>18.559</b>	<b>–</b>	<b>1.219.946</b>
Aumento de capital (Nota 20)	31.576	–	–	–	–	–	–	–	–	31.576	31.576
Outras reservas de capital	–	–	–	(1.470)	–	–	–	–	–	(1.470)	(1.470)
Aquisição de ações em tesouraria	–	–	–	–	–	–	–	(3.523)	–	(3.523)	(3.523)
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	(14.463)	–	–	(14.463)	(14.463)



Índice de Ações com Tag Along Diferenciado



Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada



Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos.

Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

**f) Instrumentos Financeiros Derivativos**  
De acordo com a Circular Bacen nº 3.082/02, e a Carta-Circular Bacen nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, a termo, futuros e "swaps" são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios:

- Operações com opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não exercício;
- Operações de futuro: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta do ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- Operações de "swap": os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa "pro rata dia" até a data do balanço;
- Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como "hedge", em conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- Instrumentos financeiros considerados como "hedge", são classificados como "hedge" de risco de mercado e "hedge" de fluxo de caixa.

Os "hedges" de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge". Os instrumentos e os itens objetos de "hedge" são ajustados a valor de mercado e registrados em conta de resultado.

**g) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa**

As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco de acordo com critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação.

As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.

**h) Baixa de ativos financeiros**

Conforme determinado pela Resolução BACEN nº 3.533/08, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garante por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (IDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN.

**i) Despesas antecipadas**

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas".

**j) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo**

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

**k) Permanente**

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;
- Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade;
- A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplem a vida útil e econômica dos bens;
- O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercícios com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

**l) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "impairment".

**m) Operações compromissadas**

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "Captções no mercado aberto".

**n) Passivos circulante e exigível a longo prazo**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

**o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, e Carta-Circular nº 3.429/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

**p) Provisão para imposto de renda e contribuição social**

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$120 (no semestre), e contribuição social - 15%. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 e posteriormente com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida lei, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

**q) Participações no resultado**

O Banco Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelados e homologados pelo PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado".

**r) Uso de estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos e derivativos e provisão para créditos de liquidação duvidosa, determinação de prazo para realização dos créditos tributários, taxas de depreciação do ativo imobilizado, amortização do diferido, constituição e reversão de provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

**s) Lucro por ação**

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Disponibilidades (Caixa)	119.988	12.118	120.026	12.123
Aplicações interfinanceiras de liquidez <sup>(1)</sup>	572.200	258.829	572.601	259.649
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>692.188</b>	<b>270.947</b>	<b>692.627</b>	<b>271.772</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 30 de junho de 2013 e de 2012, estão compostas como segue:

Papel/Vencimento	Consolidado 2013						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>							
<b>Posição Bancada</b>							
LFT	-	16.001	-	-	-	-	16.001
LTN	400	-	39.800	-	-	-	39.800
NTN	-	-	-	79.787	1.773	140.026	221.586
<b>Subtotal</b>	<b>400</b>	<b>16.001</b>	<b>39.800</b>	<b>79.787</b>	<b>1.773</b>	<b>140.026</b>	<b>277.387</b>
<b>Posição Financiada</b>							
LTN	-	46.913	-	-	-	-	46.913
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>46.913</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>46.913</b>
<b>Posição Vendida</b>							
NTN	-	-	-	24.556	130.315	-	154.871
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.556</b>	<b>130.315</b>	<b>-</b>	<b>154.871</b>
<b>Total de aplicações em operações compromissadas</b>	<b>400</b>	<b>16.001</b>	<b>39.800</b>	<b>104.343</b>	<b>132.088</b>	<b>140.026</b>	<b>479.171</b>
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>							
<b>Carteira própria</b>							
CDI Pós	-	7.539	-	-	-	-	7.539
CDI Rural	25.550	101	-	-	-	-	25.651
<b>Subtotal</b>	<b>25.550</b>	<b>7.640</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33.190</b>
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>							
CDI Pós	20.482	42.851	-	-	-	-	63.333
<b>Subtotal</b>	<b>20.482</b>	<b>42.851</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>63.333</b>
<b>Total de aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>46.032</b>	<b>50.491</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>96.523</b>
<b>Aplicações em moedas estrangeiras</b>							
Aplicações em moedas estrangeiras	93.030	-	-	-	-	-	93.030
<b>Total de aplicações em moedas estrangeiras</b>	<b>93.030</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>93.030</b>
<b>Total de aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>139.062</b>	<b>50.491</b>	<b>102.714</b>	<b>104.343</b>	<b>132.088</b>	<b>140.026</b>	<b>668.724</b>

Papel/Vencimento	Consolidado 2012						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>							
<b>Posição Bancada</b>							
LFT	-	16.001	-	-	-	-	16.001
LTN	400	-	39.800	-	-	-	40.200
NTN	-	-	-	79.787	1.773	140.026	221.586
<b>Subtotal</b>	<b>400</b>	<b>16.001</b>	<b>39.800</b>	<b>79.787</b>	<b>1.773</b>	<b>140.026</b>	<b>277.387</b>
<b>Posição Financiada</b>							
LTN	-	46.913	-	-	-	-	46.913
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>46.913</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>46.913</b>
<b>Posição Vendida</b>							
NTN	-	-	-	24.556	130.315	-	154.871
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.556</b>	<b>130.315</b>	<b>-</b>	<b>154.871</b>
<b>Total de aplicações em operações compromissadas</b>	<b>400</b>	<b>16.001</b>	<b>39.800</b>	<b>104.343</b>	<b>132.088</b>	<b>140.026</b>	<b>479.571</b>
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>							
<b>Carteira própria</b>							
CDI Pós	-	7.539	-	-	-	-	7.539
CDI Rural	25.550	101	-	-	-	-	25.651
<b>Subtotal</b>	<b>25.550</b>	<b>7.640</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33.190</b>
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>							
CDI Pós	20.482	42.851	-	-	-	-	63.333
<b>Subtotal</b>	<b>20.482</b>	<b>42.851</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>63.333</b>
<b>Total de aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>46.032</b>	<b>50.491</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>96.523</b>
<b>Aplicações em moedas estrangeiras</b>							
Aplicações em moedas estrangeiras	93.030	-	-	-	-	-	93.030
<b>Total de aplicações em moedas estrangeiras</b>	<b>93.030</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>93.030</b>
<b>Total de aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>139.462</b>	<b>50.491</b>	<b>102.714</b>	<b>104.343</b>	<b>132.088</b>	<b>140.026</b>	<b>669.124</b>

Papel/Vencimento	Consolidado 2012			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>				
<b>Posição Bancada</b>				
LTN	67.007	-	-	67.007
NTN	-	-	-	43.603
<b>Subtotal</b>	<b>67.007</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>110.610</b>
<b>Total de aplicações em operações compromissadas</b>	<b>67.007</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>110.610</b>
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>				
<b>Carteira própria</b>				
CDI Pós	-	-	313	313
CDI Rural	2.039	16.914	-	18.953
<b>Subtotal</b>	<b>2.039</b>	<b>16.914</b>	<b>313</b>	<b>19.266</b>
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>				
CDI Pós	12.255	74.525	205.720	292.500
<b>Subtotal</b>	<b>12.255</b>	<b>74.525</b>	<b>205.720</b>	<b>292.500</b>
<b>Total de aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>14.294</b>	<b>91.439</b>	<b>206.033</b>	<b>311.766</b>
<b>Aplicações em moedas estrangeiras</b>				
Aplicações em moedas estrangeiras	148.218	-	-	148.218
<b>Total de aplicações em moedas estrangeiras</b>	<b>148.218</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>148.218</b>
<b>Total de aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>273.122</b>	<b>91.439</b>	<b>205.720</b>	<b>577.269</b>

Papel/Vencimento	Consolidado 2012			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>				
<b>Posição Bancada</b>				
LTN	67.827	-	-	67.827
NTN	-	-	-	43.603
<b>Subtotal</b>	<b>67.827</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>111.430</b>
<b>Total de aplicações em operações compromissadas</b>	<b>67.827</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>111.430</b>
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>				
<b>Carteira própria</b>				
CDI Pós	-	-	313	313
CDI Rural	2.039	16.914	-	18.953
<b>Subtotal</b>	<b>2.039</b>	<b>16.914</b>	<b>313</b>	<b>19.266</b>
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>				
CDI Pós	12.255	74.525</		



Índice de Ações com Tag Along Diferenciado



Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada



PINE

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Individual e Consolidado			
2012			
Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Commodities	417.388	18.187	-
<b>Prêmios de opções lançadas:</b>	<b>1.014.006</b>	<b>(36.576)</b>	
Moeda	609.095	(20.760)	-
Commodities	404.911	(15.816)	-
<b>Valor líquido</b>	<b>34.864</b>	<b>(36.576)</b>	<b>962</b>
<b>Total a receber (pagar) e ganho (perda)</b>	<b>487.378</b>	<b>(187.678)</b>	<b>158.203</b>

vi) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

Individual e Consolidado			
2013			
Valor de Referência	Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado	
Compra	Venda		
3.019.181	3.340.902	6.967	
Índice	1.268.241	3.322.760	(18.464)
Dólar	1.750.940	18.342	25.431
Cupom cambial futuro:	230.138	177.343	-
Euro	-	6.490	-
Mercadoria	230.138	170.853	-
<b>Total</b>	<b>3.249.319</b>	<b>3.518.245</b>	<b>6.967</b>

Individual e Consolidado			
2012			
Valor de Referência	Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado	
Compra	Venda		
1.352.775	2.653.135	45.273	
Índice	1.019.363	2.447.989	49.567
Dólar	333.412	204.142	(4.252)
Mercadoria	-	1.004	(42)
Cupom cambial futuro:	110.387	271.261	-
Euro	-	4.800	-
Mercadoria	110.387	266.461	-
<b>Total</b>	<b>1.463.162</b>	<b>2.924.396</b>	<b>45.273</b>

vii) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Individual e Consolidado						
2013						
Valor de referência - Compensação	Valor de mercado					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
"Swap"	404.379	743.776	1.022.876	601.326	458.804	3.231.161
Contratos a termo	1.685.715	977.706	350.023	-	-	3.013.444
Opções	1.678.338	950.335	44.617	-	-	2.673.290
Futuros	3.726.441	1.697.078	983.898	222.561	137.586	6.767.564

Individual e Consolidado						
2012						
Valor de referência - Compensação	Valor de mercado					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
"Swap"	500.703	844.139	982.224	958.133	316.074	3.601.273
Contratos a termo	1.215.414	1.243.324	224.097	105.154	-	2.787.989
Opções	906.198	864.818	24.898	-	-	1.795.914
Futuros	1.782.993	1.047.562	1.036.920	484.260	35.823	4.387.558

viii) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 30 de junho de 2013 e de 2012, as operações de "swap", contratos a termo e opções, cujo valor de referência encontra-se registrado em conta de compensação, estão compostas como segue:

Individual e Consolidado						
2013						
Custodiante	Contratos			Contratos		
	"Swaps" a termo	Opções	Futuros	"Swaps" a termo	Opções	Futuros
Bolsa	185.171	175.792	1.563.206	6.740.284	124.921	150.284
BM&FBovespa	125.300	-	873.950	6.360.083	70.300	-
no exterior	59.871	175.792	689.256	380.201	54.621	150.284
<b>Balção</b>	<b>3.045.990</b>	<b>2.837.652</b>	<b>1.110.084</b>	<b>27.280</b>	<b>3.476.352</b>	<b>2.837.705</b>

Individual e Consolidado						
2012						
Custodiante	Contratos			Contratos		
	"Swaps" a termo	Opções	Futuros	"Swaps" a termo	Opções	Futuros
Bolsa	185.171	175.792	1.563.206	6.740.284	124.921	150.284
BM&FBovespa	125.300	-	873.950	6.360.083	70.300	-
no exterior	59.871	175.792	689.256	380.201	54.621	150.284
<b>Balção</b>	<b>3.045.990</b>	<b>2.837.652</b>	<b>1.110.084</b>	<b>27.280</b>	<b>3.476.352</b>	<b>2.837.705</b>

ix) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia em 30 de junho de 2013 e de 2012 tem a seguinte composição:

Individual e Consolidado		
Valor de mercado		
2013		
Título	2013	2012
Margem de garantia - Câmara de câmbio - BMC	-	-
LTN	19.330	10.744
NTN	15.065	-
<b>Subtotal</b>	<b>34.395</b>	<b>10.744</b>
Margem de garantia - BM&FBovespa	-	-
LTN	48.426	117.821
NTN	48.921	-
<b>Subtotal</b>	<b>97.347</b>	<b>117.821</b>
<b>Total</b>	<b>131.742</b>	<b>128.565</b>

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

As informações da carteira de operações de crédito expandida, em 30 de junho de 2013 e de 2012, estão assim resumidas:

a) Por tipo de operação:

Descrição	Individual		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Setor público	3.402	6.470	3.402	6.470
Capital de giro	2.439.354	2.394.356	2.535.587	2.630.911
Resolução nº 3.844 (antiga Resolução nº 2.770)	10.359	10.359	10.359	10.359
Conta-corrente garantida	10.503	45.955	10.503	45.955
Repasses do BNDES/Finame	844.157	811.184	844.157	811.184
Crédito consignado	18.195	46.650	18.195	46.650
Financiamento em moeda estrangeira	325.108	291.229	325.108	291.229
Financiamento a exportação	941.550	578.424	941.550	578.424
CDC veículos	40	276	40	276
Compor	-	23.589	-	23.589
<b>Subtotal de operações de crédito</b>	<b>4.582.309</b>	<b>4.208.492</b>	<b>4.678.542</b>	<b>4.445.407</b>
Devedores por compra de valores e bens <sup>(1)</sup>	126.038	46.887	126.038	46.887
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber <sup>(2)</sup>	1.341.428	25.131	1.341.428	745.717
Títulos de crédito a receber <sup>(3)</sup>	100.160	-	100.160	-
<b>Carteira de crédito</b>	<b>5.387.185</b>	<b>5.001.096</b>	<b>5.483.418</b>	<b>5.237.651</b>
Créditos abertos para importação	154.639	117.176	154.639	117.176
Garantias prestadas	2.806.972	1.598.910	2.806.972	1.598.910
Coobrigações em cessões de crédito	83	18.307	83	18.307
<b>Garantias prestadas e responsabilidades</b>	<b>2.961.694</b>	<b>1.734.393</b>	<b>2.961.694</b>	<b>1.734.393</b>
Títulos de crédito a receber <sup>(1)</sup>	30.262	49.451	30.262	49.451
Títulos Privados <sup>(3)</sup>	518.680	620.838	518.680	620.838
<b>Títulos com risco de crédito</b>	<b>548.942</b>	<b>670.289</b>	<b>548.942</b>	<b>670.289</b>
<b>Total carteira expandida</b>	<b>8.897.821</b>	<b>7.405.778</b>	<b>8.994.054</b>	<b>7.642.333</b>

(1) Registrados em "Outros créditos - diversos" (nota 9a).  
 (2) Registrados em "Outras obrigações" e "carteira de câmbio" (nota 8).  
 (3) Representados, na sua maioria, por debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis, compostos na carteira dos fundos e na carteira do Pine (nota 6a).

b) Por vencimento:

Prazo	Individual					
	A vencer		Vencidas		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 3 meses	1.663.510	31,17	13.948	27,86	1.677.458	31,14
De 3 a 12 meses	1.647.920	30,88	36.106	72,12	1.684.026	31,26
De 1 a 3 anos	1.341.428	25,13	11	0,02	1.341.439	25,13
De 3 a 5 anos	546.155	10,23	-	-	546.155	10,14
De 5 a 15 anos	138.107	2,59	-	-	138.107	2,56
<b>Total carteira de crédito</b>	<b>5.337.120</b>	<b>100,00</b>	<b>50.065</b>	<b>100,00</b>	<b>5.387.185</b>	<b>100,00</b>
Até 3 meses	662.674	22,38	280	100,00	662.954	22,38
De 3 a 12 meses	1.030.910	34,81	-	-	1.030.910	34,81
De 1 a 3 anos	783.414	26,45	-	-	783.414	26,45
De 3 a 5 anos	440.694	14,88	-	-	440.694	14,88
De 5 a 15 anos	43.722	1,48	-	-	43.722	1,48
<b>Total garantias prestadas e responsabilidades</b>	<b>2.961.414</b>	<b>100,00</b>	<b>280</b>	<b>100,00</b>	<b>2.961.694</b>	<b>100,00</b>
Até 3 meses	98.163	17,88	-	-	98.163	17,88
De 3 a 12 meses	18.328	3,34	25	100,00	18.353	3,34
De 1 a 3 anos	161.543	29,43	-	-	161.543	29,43
De 3 a 5 anos	188.303	34,30	-	-	188.303	34,30
De 5 a 15 anos	82.580	15,05	-	-	82.580	15,05
<b>Total títulos com risco de crédito</b>	<b>548.917</b>	<b>100,00</b>	<b>25</b>	<b>100,00</b>	<b>548.942</b>	<b>100,00</b>
<b>Total carteira expandida</b>	<b>8.847.451</b>		<b>50.370</b>		<b>8.897.821</b>	

Prazo	Consolidado					
	A vencer		Vencidas		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 3 meses	1.711.931	34,53	43.608	100,00	1.755.539	35,10
De 3 a 12 meses	1.542.755	31,12	-	-	1.542.755	30,85
De 1 a 3 anos	1.233.057	24,87	-	-	1.233.057	24,66
De 3 a 5 anos	369.788	7,46	-	-	369.788	7,39
De 5 a 15 anos	99.957	2,02	-	-	99.957	2,00
<b>Total carteira de crédito</b>	<b>4.957.488</b>	<b>100,00</b>	<b>43.608</b>	<b>100,00</b>	<b>5.001.096</b>	<b>100,00</b>
Até 3 meses	352.561	21,26	76.070	100,00	428.631	24,71
De 3 a 12 meses	578.256	34,87	-	-	578.256	34,34
De 1 a 3 anos	184.747	11,14	-	-	184.747	10,65
De 3 a 5 anos	502.591	30,31	-	-	502.591	28,98
De 5 a 15 anos	40.168	2,42	-	-	40.168	2,32
<b>Total garantias prestadas e responsabilidades</b>	<b>1.658.323</b>	<b>100,00</b>	<b>76.070</b>	<b>100,00</b>	<b>1.734.393</b>	<b>100,00</b>
Até 3 meses	13.982	2,09	-	-	13.982	2,09
De 3 a 12 meses	220.939	32,96	-	-	220.939	32,96
De 1 a 3 anos	123.239	18,39	-	-	123.239	18,39
De 3 a 5 anos	290.986	43,41	-	-	290.986	43,41
De 5 a 15 anos	21.143	3,15	-	-	21.143	3,15
<b>Total títulos com risco de crédito</b>	<b>670.289</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>670.289</b>	<b>100,00</b>
<b>Total carteira expandida</b>	<b>7.286.100</b>		<b>119.678</b>		<b>7.405.778</b>	

Prazo	Consolidado					
	A vencer		Vencidas		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 3 meses	1.711.931	32,96	43.608	100,00	1.755.539	35,52
De 3 a 12 meses	1.542.755	29,70	-	-	1.542.755	29,06
De 1 a 3 anos	1.469.612	28,29	-	-	1.469.612	28,06
De 3 a 5 anos	369.788	7,12	-	-	369.788	7,06
De 5 a 15 anos	99.957	1,92	-	-	99.957	1,91
<b>Total carteira de crédito</b>	<b>5.194.043</b>	<b>100,00</b>	<b>43.608</b>	<b>100,00</b>	<b>5.237.651</b>	<b>100,00</b>
Até 3 meses	352.561	21,26	76.070	100,00	428.631	24,71
De 3 a 12 meses	578.256	34,87	-	-	578.256	33,34
De 1 a 3 anos	184.747	11,14	-	-	184.747	10,65
De 3 a 5 anos	502.591	30,31	-	-	502.591	28,98
De 5 a 15 anos	40.168	2,42	-	-	40.168	2,32
<b>Total garantias prestadas e responsabilidades</b>	<b>1.658.323</b>	<b>100,00</b>	<b>76.070</b>	<b>100,00</b>	<b>1.734.393</b>	<b>100,0</b>



## Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

#### 12. DEPÓSITOS

##### a) Composição por vencimento:

	Individual			Consolidado		
	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros
Sem vencimento	19.138	-	-	18.811	-	-
Até 30 dias	-	415.872	46.620	-	415.872	46.620
De 31 a 60 dias	-	194.896	18.842	-	182.607	18.842
De 61 a 90 dias	-	423.754	40.750	-	423.754	40.750
De 91 a 180 dias	-	459.725	1.215	-	457.542	1.215
De 181 a 360 dias	-	478.946	1.119	-	458.071	1.119
Acima de 360 dias	-	1.309.049	6.651	-	1.169.575	1.614
<b>Total</b>	<b>19.138</b>	<b>3.282.242</b>	<b>115.197</b>	<b>18.811</b>	<b>3.107.421</b>	<b>110.160</b>

	Individual			Consolidado		
	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros
Sem vencimento	32.991	-	-	32.708	-	-
Até 30 dias	-	232.420	2.082	-	232.420	2.082
De 31 a 60 dias	-	262.931	56.243	-	262.931	56.243
De 61 a 90 dias	-	218.011	10.401	-	218.011	10.401
De 91 a 180 dias	-	365.546	53.959	-	360.252	41.151
De 181 a 360 dias	-	630.183	38.629	-	609.618	38.629
Acima de 360 dias	-	1.592.259	45.587	-	1.492.253	45.552
<b>Total</b>	<b>32.991</b>	<b>3.301.350</b>	<b>206.901</b>	<b>32.708</b>	<b>3.175.485</b>	<b>194.058</b>

##### b) Composição por segmento de mercado:

	Individual			Consolidado		
	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros
Indústria, comércio e serviços	18.261	952.925	-	18.261	952.925	-
Sociedades ligadas	327	162.532	5.037	-	-	-
Pessoas físicas	550	17.366	-	550	17.366	-
Instituições financeiras e fundos de investimento	-	2.149.419	110.160	-	2.137.130	110.160
<b>Total</b>	<b>19.138</b>	<b>3.282.242</b>	<b>115.197</b>	<b>18.811</b>	<b>3.107.421</b>	<b>110.160</b>

	Individual			Consolidado		
	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros
Indústria, comércio e serviços	32.549	1.129.028	-	32.549	1.129.028	-
Sociedades ligadas	283	125.866	12.843	-	-	-
Pessoas físicas	159	36.206	-	159	36.207	-
Instituições financeiras e fundos de investimento	-	2.010.250	194.058	-	2.010.250	194.058
<b>Total</b>	<b>32.991</b>	<b>3.301.350</b>	<b>206.901</b>	<b>32.708</b>	<b>3.175.485</b>	<b>194.058</b>

#### 13. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	Individual		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Carteira Própria</b>				
LTN - letras do tesouro nacional	739.690	773.637	739.690	773.637
NTN - notas do tesouro nacional	101.780	450.048	101.780	450.048
Debêntures	213.400	39.368	-	39.368
<b>Subtotal</b>	<b>1.054.870</b>	<b>1.263.053</b>	<b>841.470</b>	<b>1.263.053</b>
<b>Carteira de terceiros</b>				
LTN - letras do tesouro nacional	45.008	-	45.008	-
Debêntures	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>45.008</b>	<b>-</b>	<b>45.008</b>	<b>-</b>
<b>Carteira de livre movimentação</b>				
NTN - notas do tesouro nacional	145.431	-	145.431	-
<b>Subtotal</b>	<b>145.431</b>	<b>-</b>	<b>145.431</b>	<b>-</b>
<b>Total de captações no mercado aberto</b>	<b>1.245.309</b>	<b>1.263.053</b>	<b>1.031.909</b>	<b>1.263.053</b>

#### 14. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - CORRESPONDENTES NO PAÍS

Refere-se a recebimentos antecipados de parcelas de operações de crédito cedidas com coobrigação a serem repassadas aoscessionários nos respectivos vencimentos, registrados pelo valor presente da obrigação na data-base, no montante de R\$70 em 30 de junho de 2013 no Individual e Consolidado (R\$2.449 em 30 de junho de 2012 no Individual e Consolidado).

#### 15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) **Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados:**  
Em 30 de junho de 2013, referem-se a IOF a recolher no montante de R\$530 (R\$1.698 em 30 de junho de 2012).

##### b) Fiscais e previdenciárias

	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	116	-	116	126	-	126
Impostos e contribuições sobre salários	2.213	-	2.213	2.313	-	2.313
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	-	-	2.079	-	2.079
ISS	237	-	237	262	-	262
IRRF	1.130	-	1.130	1.198	-	1.198
PIS e Cofins a recolher	189	-	189	221	-	221
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 09)	4.987	55.434	60.421	4.987	55.465	60.452
Provisão para riscos fiscais (Nota 16.b e c)	-	35.504	35.504	-	36.076	36.076
<b>Total</b>	<b>8.872</b>	<b>90.938</b>	<b>99.810</b>	<b>11.886</b>	<b>91.541</b>	<b>102.727</b>

	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	140	-	140	141	-	141
Impostos e contribuições sobre salários	2.067	-	2.067	2.142	-	2.142
Imposto de renda	-	-	-	2.640	-	2.640
Contribuição social	-	-	-	1.323	-	1.323
ISS	286	-	286	832	-	832
IRRF	308	-	308	469	-	469
IRRF - s/ juros remunerados - capital	759	-	759	759	-	759
PIS e Cofins a recolher	229	-	229	647	-	647
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 09)	21.946	52.064	74.010	21.946	52.092	74.038
Provisão para riscos fiscais (Nota 16.b e c)	-	33.237	33.237	-	33.710	33.710
<b>Total</b>	<b>25.735</b>	<b>85.301</b>	<b>111.036</b>	<b>30.899</b>	<b>85.802</b>	<b>116.701</b>

##### c) Diversas

	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Provisão para despesas de pessoal	19.567	-	19.567	19.891	-	19.891
Cheques administrativos	5.231	-	5.231	5.231	-	5.231
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 16.d)	-	13.165	13.165	-	13.165	13.165
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 16.d)	-	2.409	2.409	-	2.441	2.441
Provisão FIDC	-	-	-	4.929	-	4.929
Outras despesas administrativas	3.340	9.142	12.482	3.389	9.142	12.531
Credores diversos - País e exterior	2.652	-	2.652	14.191	-	14.191
<b>Total</b>	<b>30.790</b>	<b>24.716</b>	<b>55.506</b>	<b>42.702</b>	<b>29.677</b>	<b>72.379</b>

	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Provisão para despesas de pessoal	44.766	-	44.766	45.071	-	45.071
Cheques administrativos	3.721	-	3.721	3.721	-	3.721
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 16.d)	-	18.231	18.231	-	18.231	18.231
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 16.d)	-	5.432	5.432	-	5.432	5.432
Provisão para perdas - cessão com coobrigação (Nota 28.a)	-	3.721	3.721	-	3.721	3.721
Provisão FIDC	-	2.180	2.180	-	2.180	2.180
Outras despesas administrativas	2.662	9.460	12.122	2.772	9.460	12.232
Credores diversos - País	2.331	-	2.331	2.488	-	2.488
<b>Total</b>	<b>53.480</b>	<b>39.024</b>	<b>92.504</b>	<b>54.052</b>	<b>39.024</b>	<b>93.076</b>

#### 16. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

##### a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2013 e de 2012 não existiam ativos contingentes.

##### b) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

**Pis:** Totalizam R\$34.421 no Individual e R\$34.985 no Consolidado (R\$29.138 no Individual e R\$29.603 no Consolidado, em 30 de junho de 2012); o Banco e a Pine Investimentos, interuseram medida judicial com vistas a afastar a redação do artigo 3º, parágrafo 1º, da Lei nº 9.718/98, que modificou a base de cálculo do Pis e a Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. O mandado de segurança interposto pelo Banco Pine teve sentença parcialmente procedente e a apelação interposta pela União foi improvida. Aguardando o juízo de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário Interpostos pela União.

**Cofins:** Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou inconstitucional o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da Cofins, a partir de fevereiro de 1999, ampliando o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da Cofins foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior. O Banco obteve êxito no mandado de segurança impetrado em face da União Federal, através da qual postulou a repetição do indébito por meio de compensação, do valor recolhido indevidamente a título de Cofins.

Em face da decisão de 21 de maio de 2010 que não admitiu os dois recursos extraordinários interpostos pela União Federal, foi interposto agravo de instrumento contra despacho denegatório de recurso extraordinário. Remetido ao Supremo Tribunal Federal, o Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente do Supremo Tribunal Federal determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com fundamento no art. 543-B do Código de Processo Civil, tendo em vista a análise da Repetição Geral já procedida no RE nº 585.235. Em razão dessa decisão, em 18 de maio de 2011, foi realizado o seguimento ao agravo de despacho denegatório interposto pela União Federal que após embargos de declaração em face da supracitada decisão, sustentando haver erro material em relação ao recurso paradigmático indicado, apontando como correto o RE nº 609.096. Os Embargos foram rejeitados. Ainda em face dessa decisão, foi interposto agravo regimental, com a mesma finalidade. O Doutor Desembargador Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região recebeu o agravo regimental com o pedido de reconsideração e manteve a decisão recorrida. Intimada dessa decisão, a União permaneceu inerte. O trânsito em julgado ocorreu em 21 de outubro de 2011 e foi certificado em 08 de novembro de 2011. Suportado na opinião de seus assessores jurídicos e dos patronos da causa, segundo os quais a questão encontra-se pacificada no STF e não há mais qualquer recurso cabível a ser interposto pela Fazenda Nacional, o Banco efetuou a reversão da correspondente provisão para contingências, referente ao período de maio de 2005 até outubro de 2011, considerando que não mais se trata de uma obrigação líquida e que não é provável a perda, o que representou o reconhecimento de uma receita líquida no total de R\$150.510 no Individual e R\$151.357 no Consolidado, em 2011 a qual foi contabilizada na linha de "Outras receitas operacionais" e na linha de "Despesas tributárias".

Nesse contexto, o Banco já protocolou pedido de habilitação de créditos junto à Receita Federal do Brasil (RFB), dos valores da Cofins recolhidos a maior no período de junho de 2000 a abril de 2005, no valor histórico de R\$15.679 no Individual e R\$15.872 no Consolidado, que atualizados pela Selic até 30 de junho de 2013, totalizam R\$35.023 (R\$33.910 em 30 de junho de 2012) no Individual e R\$35.459 (R\$34.330 em 30 de junho de 2012) no Consolidado. Tendo em vista a decisão transitada em julgado e com fundamento nesse procedimento administrativo junto à RFB, foi reconhecido o correspondente crédito tributário registrado em "Outros créditos - imposto a recuperar", em contrapartida à rubrica "Outras receitas operacionais".

**Os valores de obrigações legais e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:**

	Individual		Consolidado	
	Provisão	Depósitos Judiciais	Provisão	Depósitos Judiciais
	2013	2012	2013	2012
Pis	34.421	29.138	34.394	29.447
Cofins	-	-	164.108	156.134
<b>Total</b>	<b>34.421</b>	<b>29.138</b>	<b>198.502</b>	<b>185.581</b>

#### c) Contingências classificadas como prováveis são regularmente provisionadas e para os semestres de 30 de junho de 2013 e de 2012 totalizam:

	Individual		Consolidado	
	Provisão	Depósitos Judiciais	Provisão	Depósitos Judiciais
	2013	2012	2013	2012
Contingências Fiscais	1.083	4.099	2.144	2.039
Contingências Trabalhistas	2.409	5.432	553	518
Contingências Cíveis	13.165	18.231	1.762	1.808
<b>Total</b>	<b>16.657</b>	<b>27.762</b>	<b>4.459</b>	<b>4.365</b>

##### d) Movimentação das provisões passivas:

	Individual			Consolidado		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
<b>Saldo inicial</b>	<b>42.056</b>	<b>4.665</b>	<b>18.298</b>	<b>65.019</b>	<b>29.197</b>	<b>7.124</b>
Constituição (reversão)	(7.682)	(2.371)	(5.702)	(15.755)	2.961	(2.021)
Atualização	1.130	115	569	1.814	1.079	329
<b>Saldo final</b>	<b>35.504</b>	<b>2.409</b>	<b>13.165</b>	<b>51.078</b>	<b>33.237</b>	<b>5.432</b>

	Individual			Consolidado		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
<b>Saldo inicial</b>	<b>42.591</b>	<b>4.665</b>	<b>18.298</b>	<b>65.554</b>	<b>29.574</b>	<b>7.124</b>
Constituição (reversão)	(7.660)	(2.369)	(5.702)	(15.731)	3.039	(2.021)
Atualização	1.145	145	569	1.859	1.097	329
<b>Saldo final</b>	<b>36.076</b>	<b>2.441</b>	<b>13.165</b>	<b>51.682</b>	<b>33.710</b>	<b>5.432</b>

e) **Seguem as principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:**  
Trabalhistas: Em 30 de junho de 2013 o Banco não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.  
Cíveis: Em 30 de junho de 2013 o Banco não possuía processos cíveis classificados como possíveis (R\$1.824 em 30 de junho de



**Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

A Remuneração Variável será calculada:

- até 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR; e
- o correspondente a 10% do valor determinado para a remuneração variável será paga em ações preferenciais do Banco de forma imediata quando do pagamento do PLR; e
- o correspondente aos 40% restantes da remuneração variável será pago em ações preferenciais do Banco e serão entregues ao empregado juntamente com o pagamento do valor em espécie. O direito de disposição dessas ações será de forma "Diferida" crescendo com o nível de responsabilidade do Administrador.

A entrega das ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Banco conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que foi constituído na Assembleia Geral do dia 16 de janeiro de 2012, que será responsável por (i) propor ao conselho de administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao conselho de administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao conselho de administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto nesta resolução; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.921/10.

No semestre findo em 30 de junho de 2013 houve apuração referente à remuneração variável no montante de R\$5.594 (No primeiro semestre de 2012 não houve apuração referente à remuneração variável), de acordo com os critérios definidos no novo plano.

	Individual e Consolidado	2013	2012
<b>Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria</b>			
Remuneração fixa		4.364	3.866
Remuneração variável		6.594	11.050
Benefícios de curto prazo		1.519	818
<b>Total</b>		<b>12.477</b>	<b>15.734</b>

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

**Rescisão do contrato**

Os contratos de trabalho possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria não dá direito a nenhuma compensação financeira. No caso da rescisão do contrato pelo Banco o executivo pode receber uma indenização. No semestre findo em 30 de junho de 2013 houve pagamento no montante de R\$23 (R\$814 em 30 de junho de 2012) aos executivos que saíram a título de compensação.

**b) Partes Relacionadas**

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com as empresas discriminadas na nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de comutatividade e estão representadas por:

	Ativos (Passivos)	2013	2012	Receitas (Despesas)	2013	2012
<b>Títulos e valores mobiliários</b>		<b>24.913</b>	<b>84.868</b>	<b>(894)</b>	<b>9.992</b>	
Pine Crédito Privado - FIDC		12.442	84.868	(1.039)	9.992	
IRE VII Desenvolvimento Imobiliário S/A		12.471	-	145	-	
<b>Depósitos à vista</b>		<b>449</b>	<b>306</b>			
Pine Investimentos		298	267	-	-	
Pine Comercializadora de Energia Elétrica		-	7	-	-	
Pine Corretora		4	5	-	-	
Pine Assessoria		6	3	-	-	
Pine Assessoria em Comercialização de Energia		6	2	-	-	
Pine Planejamento Ltda.		7	-	-	-	
Administradores e familiares imediatos (1)		128	22	-	-	
<b>Depósitos interfinanceiros</b>		<b>5.037</b>	<b>12.844</b>	<b>(239)</b>	<b>(807)</b>	
Pine Investimentos		5.037	12.844	(239)	(807)	
<b>Depósitos a prazo</b>		<b>174.240</b>	<b>137.453</b>	<b>(6.542)</b>	<b>(5.198)</b>	
Pine Investimentos		29.025	20.605	(994)	(749)	
Pine Comercializadora de Energia Elétrica		82.441	81.206	(2.976)	(3.953)	
Pine Corretora		228	568	(8)	(33)	
Pine Assessoria		35.912	23.478	(1.258)	(371)	
Pine Assessoria em Comercialização de Energia		41	8	(1)	-	
Pine Planejamento Ltda.		14.885	-	(347)	-	
Administradores e familiares imediatos (2)		11.708	11.588	(958)	(92)	

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

**c) Participação acionária**

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 30 de junho de 2013 e de 2012, dos acionistas com mais de cinco por cento do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

	Ações Ordinárias (%)		Ações Preferenciais (%)		Total de Ações (%)	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Acionistas</b>						
Pessoa Física	58.444.889	100,00	15.410.863	71,86	73.855.752	92,45
Conselho de Administração	-	-	3.243.868	15,13	3.243.868	4,06
Administradores	-	-	2.791.290	13,02	2.791.290	3,49
<b>Total</b>	<b>58.444.889</b>	<b>100,00</b>	<b>21.446.021</b>	<b>100,00</b>	<b>79.890.910</b>	<b>100,00</b>
<b>Acionistas</b>						
Pessoa Física	51.886.766	100,00	15.595.863	75,39	67.482.629	92,99
Conselho de Administração	-	-	3.007.439	14,54	3.007.439	4,14
Administradores	-	-	2.083.458	10,07	2.083.458	2,87
<b>Total</b>	<b>51.886.766</b>	<b>100,00</b>	<b>20.686.760</b>	<b>100,00</b>	<b>72.573.526</b>	<b>100,00</b>

**24. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES**

	2013	2012
Fianças e Avas	2.806.972	1.598.910
Cessão de crédito com cobrificação	83	18.307
Carta de crédito	154.639	117.176
<b>Total</b>	<b>2.961.694</b>	<b>1.734.393</b>

**25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

O Banco contribui mensalmente para empresa de previdência privada nos planos VGBL e PGBL, conforme opção do participante, o equivalente a 1% do salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua no mínimo com 1% do seu salário bruto, com o objetivo de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador. No semestre findo em 30 de junho de 2013, o montante dessa contribuição foi de R\$188 (R\$162 em 30 de junho de 2012).

**26. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS**

O Banco Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados homologado pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR do Sindicato dos Bancários. As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado".

**27. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL**

**a) Introdução e visão geral**

O Banco Pine está exposto aos riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros tendo mensuração e monitoramento contínuo e possui uma estrutura de análise composta por diretoria, conselho e comitê que atuam nos seguintes riscos:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

**Estrutura de gerenciamento de risco**

O Conselho de administração é o órgão responsável pela identificação e controle de riscos, porém, existem outros órgãos independentes que são responsáveis pela administração e monitoramento dos riscos.

**b) Risco de crédito**

**Definição**

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

**Gerenciamento do risco de crédito**

Atribuições:

- Formular Políticas de Crédito em conjunto com todas as unidades do Banco, incluindo exigências de garantia, avaliação de crédito, classificação de risco e apresentação de relatórios, procedimentos legais e documentais, assim como cumprimento com exigências normativas e estatutárias.
- Estabelecer a estrutura para aprovação e renovação de Linhas de Crédito. Os limites são definidos e aprovados pelo Comitê de Crédito.
- Revisar e avaliar o risco de Crédito. A Área de Crédito avalia toda a exposição de crédito em excesso aos limites estabelecidos, antes que as linhas de crédito sejam liberadas para os clientes pela unidade de negócios em questão. As renovações e revisões das linhas de crédito estão sujeitas ao mesmo processo de revisão.
- Limitar concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores da economia e por faixas de classificação de crédito, liquidez e recuperado de mercado e prazo.
- Desenvolver e manter a classificação de risco do Banco para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de perda financeira enfrentada e focar o gerenciamento nos riscos inerentes. O sistema de classificação de risco é usado para determinar exposições de crédito. A estrutura de classificação de risco atual inclui graus de risco de crédito e a disponibilidade de garantias ou outra ferramenta para mitigar o risco de crédito.
- Oferecer aconselhamento, orientação e técnicas especializadas para promover as melhores práticas, por todo o Banco, no gerenciamento do risco de crédito.

Análise e concessão de crédito:

- Avaliar os riscos envolvidos nas operações e a capacidade dos clientes em liquidar suas obrigações nas condições contratadas.

Controles e gestão de riscos de crédito:

- Atuar de maneira preventiva no monitoramento dos clientes ativos visando antecipar movimentos de inadimplência na carteira de operações que envolvam risco de crédito, dar suporte às decisões e estratégias comerciais e fornecer dados que permitam aos Comitês de Crédito e Executivo acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico do Banco Pine.
- O Banco possui uma área específica de recuperação de crédito que tem por objetivo dar apoio às áreas envolvidas com o processo de recuperação de crédito, visando identificar e atuar frente aos potenciais riscos da instituição, buscando soluções ágeis e efetivas no intuito de mitigar possíveis perdas, ser fonte de informação acerca dos riscos em atraso ou que por qualquer motivo tenha a certeza do recebimento do crédito prejudicado, promover o controle de riscos que, de acordo com a política definida pela instituição, estão sob a administração da Área de Ativos Especiais.

**c) Risco de liquidez**

**Definição**

O risco de liquidez está associado à eventual dificuldade do Banco em atender suas obrigações decorrentes dos seus passivos financeiros.

**Gestão de risco de liquidez**

A gestão de liquidez visa precaver o Banco de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o banco monitora suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

É efetuado um controle diário através de relatórios onde se monitoram os seguintes itens:

- O descasamento de vencimentos entre os fluxos de pagamentos e recebimentos de todo conglomerado;
- Projeção de cenários de stress de liquidez definidos no ALCO - Asset and liability committee.

Esses dados são confrontados com o nível de caixa do Banco diariamente e avalados semanalmente no ALCO - Asset and liability committee.

A gestão de liquidez é realizada pela Superintendência de Risco de Mercado, Liquidez e P&L, que se reporta à Superintendência Executiva de Controle de Riscos.

**d) Risco de mercado**

**i) Definição**

Riscos de Mercado estão ligados a possíveis perdas monetárias em função de flutuações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas nos mercados. As oscilações de variáveis financeiras, como preços de insumos e produtos finais, índices de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio, geram potencial de perda para praticamente todas as empresas e, portanto, representam fatores de risco financeiro. Basicamente, pode-se dizer que o Risco de Mercado a que uma instituição está exposta deve-se ao conjunto de três fatores: a) exposição - valor exposto ao risco; b) sensibilidade - o impacto em função da flutuação de preços; e c) variação - a magnitude da variação de preços. Nota-se, dentre os fatores, que a exposição e sensibilidade são fatores controláveis pela instituição em função de seu apetite frente aos riscos observados, entretanto, a variação é uma característica do mercado, portanto fora do controle do Banco. Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e preço de ações. Cada modalidade representa o risco de ocorrerem perdas em função de oscilações na variação em sua respectiva variável.

**ii) Gestão de risco de mercado**

A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à mesa de operações e que tem como responsabilidade principal monitorar e analisar o risco de mercado oriundo das posições assumidas pelo Banco vis a vis o apetite ao risco definido pelo ALCO - Asset and liability committee e aprovado pelo Conselho de Administração. A gestão de risco de mercado é efetuada diariamente pela Superintendência de Risco de Mercado, Liquidez e P&L, que calcula o Valor em Risco e gera os GAPs de descasamento dos Fatores Primitivos de Risco que compõem a carteira do Banco.

Os valores são confrontados diariamente com os limites de VaR, exposição por Fatores Primitivos de Risco e Stop Loss estabelecidos pelo ALCO - Asset and liability committee e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado.

Para os testes de estresse, utilizam-se os cenários de alta e de baixa divulgados pela BM&FBovespa, bem como o deslocamento das curvas de juros utilizadas. Poderão, ainda, ser utilizados alguns cenários gerados pelo ALCO - Asset and liability committee.

**iii) Metodologias**

Valor justo:

O objetivo da marcação a mercado (Valor Justo) é tornar o apreçamento dos ativos e passivos contidos na carteira do Banco o mais transparente possível, visando a proteção dos acionistas.

Value at risk - VaR (Valor em risco):

O VaR mede a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança, ou seja, o VaR fornece uma medida do risco de mercado.

O gerenciamento de risco de mercado utiliza-se do VaR, como medida de perda potencial das carteiras do Banco. Para os cálculos, utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%. Todo o cálculo está baseado nos preços de fechamento de mercado, obtidos de diferentes fontes (Anbima, BM&FBovespa, Banco Central, entre outros).

São realizadas análises de VaR por mercado, vértices e por fator de risco associados a curva de juros, preços de ações, câmbio e commodities. Caso o limite de VaR seja excedido, será feita uma avaliação das operações e aquelas que apresentarem maior risco deverão ser reajustadas pela Tesouraria de modo a reduzir o risco e buscar o enquadramento dentro do limite máximo de exposição. A liquidez de mercado deverá ser avaliada quando do reajuste dessas operações.

**iv) Análise de sensibilidade**

Conforme Instrução nº 475/08 da CVM, segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Banco a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição em 30 de junho de 2013.

Fator de Risco	Exposição	Análise de Sensibilidade		
		Provável	Possível	Remoto
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	655 (7,076)	(14.151)	
Índice de Preços (IGPM)	Variações no índice de IGPM	229 (392)	(785)	
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	441 (6.074)	(12.148)	
Taxa TJLP (TJLP)	Variações na TJLP	(322)	1.465	2.929
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	(4.010)	846	1.692
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	12 (18)	(36)	
Taxas Offshore (Libor + outras Offshore)	Variação nas taxas Offshore	(88)	399	799
Moedas	Variação na variação cambial	(69)	(976)	(1.953)
<b>Total (soma não correlacionada)**</b>		<b>(9.951)</b>	<b>(23.269)</b>	<b>(56.537)</b>
<b>Total (soma correlacionada)*</b>		<b>(3.152)</b>	<b>(11.826)</b>	<b>(23.653)</b>

\*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

\*\*Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

**A DIRETORIA**

**JOSÉ APARECIDO DA SILVA** - Contador CRC nº 1SP152186/O-4

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013**

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S/A e das suas controladas é um órgão estatutário subordinado ao Conselho de Administração, implantado em atendimento às regulamentações do Banco Central do Brasil - BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

De acordo com o estabelecido no Estatuto Social do Banco Pine S/A e no seu Regimento (disponíveis no site [www.pine.com.br](http://www.pine.com.br)), compete ao Comitê zelar (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

A elaboração das demonstrações financeiras do Banco Pine S/A e suas controladas - ("Consolidado") de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, é de responsabilidade da sua Administração. Também, é sua responsabilidade (i) o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, (ii) o gerenciamento dos riscos das operações do Conglomerado Pine e (iii) a supervisão das atividades de controle interno e compliance.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, decorrente da legislação societária e das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A auditoria interna tem suas atividades direcionadas para a avaliação da eficiência e eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e na aderência dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração.

**Das atividades do Comitê no 1º Semestre de 2013:**

O Comitê reuniu-se por 11 vezes com as principais áreas do Banco Pine S/A e das suas controladas (Conglomerado Pine), envolvendo as áreas de negócio, de crédito, de controles internos e compliance, de gestão de riscos, de operações, de controladoria, de contabilidade e de tecnologia da informação.

O Plano de trabalho do Comitê de Auditoria, para o semestre de 2013, teve como objetivo principal a análise das estruturas, as operações, os processos e os sistemas inerentes aos negócios do Conglomerado Pine.

Reuniões específicas foram realizadas com a Auditoria Independente e com a Auditoria Interna, para tratar do plano anual e da sua execução, bem como o acompanhamento das ações estabelecidas pela administração dos apontamentos de auditoria.

Como produto dessas reuniões o Comitê teve oportunidade de apresentar sugestões ao Conselho de Administração para aprimoramento de controles e da gestão de riscos e acompanhará sua efetiva implantação nos prazos previstos.

**Do Sistema de Controles Internos:**

Conforme cronograma e plano de trabalho definido para o semestre findo em 30 de junho de 2013, o Comitê tomou conhecimento dos processos, métodos e sistema de controle e de informações do Conglomerado Pine, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos gestores na sua manutenção e aprimoramento.

Todas as principais atividades da Organização, inclusive as atividades exercidas por outras empresas (terceiros relevantes), foram analisadas e tiveram os seus riscos identificados, assim como, os controles utilizados para reduzi-los a um nível considerado adequado de gerenciamento. Esses mapeamentos, riscos e controles são armazenados em um sistema eletrônico de dados adquirido de consultoria especializada e de renome no mercado.

O Comitê com base nas informações e observações colhidas durante suas reuniões avalia como adequado ao porte e complexidade de operações do Conglomerado Pine, os sistemas de controles internos e contribuindo para a eficiência de seus negócios, para a adequação dos relatórios financeiros e para a observância às normas e regulamentações aplicáveis às suas transações.

**Da Administração de Riscos Consolidada:**

A Gestão de Risco do Conglomerado Pine é exercida de forma consolidada pela Vice-Presidência - "Chief Risk Officer", compreendendo os principais riscos regulamentados pelo Banco Central do Brasil, quais sejam, Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Operacional.

Em reuniões de trabalho com a unidade de Gestão de Riscos, este Comitê teve a oportunidade de tomar conhecimento dos processos, métodos, sistemas e principais relatórios para a gestão de Risco de Mercado, Liquidez, Crédito, Operacional que incluem as atividades de um comitê específico de Riscos.

**Da Auditoria Independente:**

O Comitê manteve reuniões com a Auditoria Independente - PricewaterhouseCoopers (PwC) - para a aprovação das Informações Financeiras Trimestrais (ITR) e Demonstração Financeira Semestral. Por ocasião destas reuniões foi discutido o Plano Anual de Auditoria, e verificado o cumprimento da sua Política de Independência.

As recomendações incluídas nos relatórios sobre controles internos foram apresentadas e discutidas no Comitê e foram estabelecidas, em conjunto com a Auditoria Interna e com as áreas respectivas, Planos de Ação para solucioná-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade dos negócios da Organização. O Comitê avalia como adequados o planejamento e os trabalhos dos auditores independentes para o porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine.

Cenários	Taxa Mercado		Nova Taxa Mercado	
	(1 ano)	Choque		



Índice de  
Ações com Tag Along  
Diferenciado **ITAG**

Índice de  
Ações com Governança  
Corporativa Diferenciada **IGC**



**PINE**

## Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos  
Administradores e Acionistas

#### **Banco Pine S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria,

conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 30 de junho

de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### **Outros assuntos**

##### **Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos também as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**pwc**  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 12 de agosto de 2013

**Edison Arisa Pereira**  
Contador CRC 1SP127241/O-0